GRANDE CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

REGISTROS

O Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso e Resolução 12/GCMI/2019, concede o registro para FUNDAÇÃO JULITA, em 28 de outubro de 2020, referente ao Projeto: Resgate da Memória, sob nº GCMI/390/20, com validade de 02 (dois) anos a partir desta data.

O Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso e Resolução 12/GCMI/2019, concede o registro para INSTITUTO NOVA UNIÃO DA ARTE - NUA, em 28 de outubro de 2020, referente ao Projeto: Arte e Convivência para Idosos, sob nº GCMI/391/20, com validade de 02 (dois) anos a partir desta data.

O Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso e Resolução 03/GCMI/2019, concede o registro para CASA DE REPOUSO MORADA DOS LÍRIOS - EIRELI, em 28 de outubro de 2020, no Programa Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) – Morada dos LÍrios, sob nº GCMI/392/20, com validade de 02 (dois) anos a partir desta data.

O Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso e Resolução 03/GCMI/2019, concede o registro para CASA DE REPOUSO VILLA SÊNIOR LTDA, em 28 de outubro de 2020, no Programa Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), sob nº GCMI/393/20, com validade de 02 (dois) anos a partir desta data.

Retificação de Publicação no DOC de 17/10/2020, pag. 56 ONDE CONSTA:

"O Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso e Resolução 09/GCMI/2019, concede o registro para PROJETO CULTURAL EDUCACIONAL NOVO PANTANAL, em 16 de outubro de 2020, no Programa Centro Dia para Idosos - Centro Dia para Idosos PROCEDU, sob nº GCMI/380/20, com validade de 04 (quatro) anos a partir desta data."

LEIA-SE:

"O Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso e Resolução 09/GCMI/2019, concede o registro para CRDC – CENTRO DE RECREAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ESPECIAL, em 16 de outubro de 2020, no Programa Centro Dia para Idosos - CDI Guaiuanases, sob nº GCMI/380/20, com validade de 04 (quatro) anos a partir desta data."

REGIMENTO ELEITORAL

BIÊNIO DEZEMBRO/2020 À DEZEMBRO/2022

O Grande Conselho Municipal do Idoso, criado pela Lei Municipal nº 11.242 de 24 de Setembro de 1992, estabeleça os critérios para as eleições do Conselho de Representantes e da Secretaria Executiva, para o biênio de Dezembro/2020 a Dezembro /2022.

Considerando a Constituição de 1988 que instituiu instrumentos para a democracia participativa, abrindo a possibilidade de criação de mecanismos de controle social, especialmente os conselhos de direitos, de políticas e de gestão de políticas sociais específicas;

Considerando a importância da garantia de um processo eleitoral democrático, transparente, isento e participativo, a Comissão Eleitoral constituída por força da Resolução nº 013/GCMI/2020 e nº 014/GCMI/2020 publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo nos dias 11/08/2020 e 05/09/2020, respectivamente, apresenta o presente Regimento Eleitoral para as eleições do Grande Conselho Municipal do Idoso da Cidade de São Paulo para o biênio Dezembro/2020 a Dezembro/2022.

Art. 1º - As eleições serão realizadas por cinco macrorregiões, obedecendo a distribuição absoluta de número de idosos na cidade de São Paulo assim entendidas:

? Norte, que abrange as Subprefeituras de Santana/Tucuruvi, Tremembé/Jaçanã, Vila Maria/Vila Guilherme, Casa Verde/Caçoierinha, Freguesia do Ó/Brasília, Perus, Pirituba/Jaraguá;

? Sul, que abrange as Subprefeituras de Ipiranga, Jabaquara, Vila Mariana, Campo Limpo, Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro, Capela do Socorro;

? Leste, que abrange as Subprefeituras de Aricanduva/Vila Formosa/Carrão, Mooca, Penha, Vila Prudente, Sapopemba, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaiuanases, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus, São Miguel Paulista;

? Oeste, que abrange as Subprefeituras de Butantã, Lapa e Pinheiros;

? Centro, que abrangerá a Subprefeitura da Sé.

Parágrafo Único: Cada macrorregião elegerá nove representantes num total de 45 representantes.

Art. 2º - A Secretaria Executiva será constituída de 05 (cinco) membros representantes das pessoas idosas, sendo 01 (um) Presidente, 01(um) Vice-Presidente, 01 (um) Primeiro Secretário, 01 (um) Segundo Secretário e 01 (um) Vogal.

a) A Secretaria Executiva será composta pelos representantes eleitos em primeiro lugar de cada uma das cinco macrorregiões;

b) Os seis primeiros mais votados de cada macrorregião serão membros titulares do Conselho de Representantes do Grande Conselho Municipal do Idoso;

c) Os 03 (três) últimos colocados entre os nove mais votados serão suplentes de sua macrorregião no Conselho de Representantes do Grande Conselho Municipal do Idoso.

Art. 3º - As votações ocorrerão apenas em um único turno no dia 28/11/2020 no período das 09h00 às 17h00. As mesmas acontecerão de forma "virtual" (mediante inscrição até o dia 20/11/2020 até às 23h59) ou de forma "presencial" em locais a serem posteriormente divulgados.

Parágrafo Único: A votação presencial seguirá os protocolos previstos no Plano de Segurança Sanitária da Cidade de São Paulo, necessários nesse momento de pandemia do Covid-19. É obrigatório o uso de máscara individual no acesso aos locais de votação.

Art. 4º - A pessoa idosa deverá apresentar, obrigatoriamente, na data e local da votação um documento oficial e original (carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente – RNE, identidades funcionais de entidades de classe, certificado de reservista, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação e passaporte) com foto e que conste a data de nascimento, bem como comprovante de residência. Sem a apresentação desse documento não será permitida a votação.

Art. 5º - Somente poderão votar as pessoas idosas (60 anos e mais), completos até a data da eleição, residentes no Município de São Paulo. O eleitor poderá votar uma única vez em um único candidato constante da relação de candidatos por macrorregião que abrange a sua Subprefeitura, comprovado através de documento (carnê de loja, IPTU, contas de luz, água, Banco, carteira de posto de saúde).

Art. 6º - Para os eleitores que se propuserem a votar de forma virtual, deverão, obrigatoriamente, realizar sua inscrição de forma prévia, no período do dia 09/11 ao dia 20/11/2020 até às 23h59, através de Formulário de Inscrição do Google, pelo link: <http://bit.ly/inscricaoavotacaodigitalgcmi2020>. Para concluir a inscrição, é necessário que o eleitor envie por e-mail, eleicaoogcmi@prefeitura.sp.gov.br, com assunto: ELEITOR, os seguintes documentos: Documento de identificação com foto e data de nascimento e comprovante de endereço.

Parágrafo Primeiro: Após concluir a sua inscrição, o eleitor receberá em seu e-mail cadastrado, as orientações para realizar o seu voto no dia 28/11/2020 das 09h00 às 17h00.

Parágrafo Segundo: O eleitor que se inscrever no formato "virtual", não poderá votar presencialmente.

Parágrafo Terceiro: Para eventuais dúvidas, entrar em contato pelo e-mail: eleicaoogcmi@prefeitura.sp.gov.br

Art. 7º - A Comissão Eleitoral eleita pelo Conselho de Representantes na Assembleia do dia 24/07/2020 de modo virtual e publicada por meio de Resolução nº 013/GCMI/2020 e nº 014/GCMI/2020 nos dias 11/08/2020 e 05/09/2020, respectivamente, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo é constituída pelos seguintes membros:

? Região Norte: Maria Rosaria Paolone – RG nº 5.245.940-8;

? Região Sul: Gasparina Alves da Costa Parussi – RG nº 5.690.662-6;

? Região Sul: Maria Ortência Souza Rojo - RG nº 15.335.875-0;

? Região Oeste: Thereza Monteiro Marchesini – RG nº 5808059-4;

? Região Centro: Maria Aparecida Ribeiro Costa – RG nº 5642900-9.

São os seguintes os representantes do Governo Municipal:

? Hélio de Oliveira – RF nº 752114 (SMPR);

? Claudia da Rosa Lima Romualdo - RF nº 787442-1 (SMADS);

? Sandra Regina Gomes – RF nº 528.1342 (SMDHC);

? Dineia Mendes Araújo Cardoso – RF nº 525171.101 (SEME);

? Severina Eudoxia da Silva - RF. 835.729-3 (SMPED).

Parágrafo Único: A Comissão Eleitoral é a instância máxima e deliberativa do processo eleitoral, cabendo a ela definir todas as questões referentes às eleições.

Art. 8º - A Comissão Eleitoral deverá promover reuniões regionalizadas no formato digital, através da plataforma Google Meet, no período do dia 23 ao dia 25/11/2020 com as macrorregiões, junto aos grupos de Fóruns do Idoso, Núcleos de Convivência e outros, visando a divulgação e orientação a respeito das eleições. Seguindo a relação abaixo:

? 23/11 - das 10h00 à 12h00 (Norte)

? 23/11 - das 14h00 às 16h00 (Sul)

? 24/11 - das 10h00 à 12h00 (Leste)

? 24/11 - das 14h00 às 16h00 (Oeste)

? 25/11 - das 14h00 às 16h00 (Centro)

Art. 9º - Os candidatos (as) deverão se inscrever de forma digital, através de Formulário de Inscrição do Google, pelo link: <http://bit.ly/inscricaoavotacaodigitalgcmi2020> no período de 03 de novembro ao dia 21 de novembro de 2020. Para concluir a inscrição é necessário enviar para o e-mail: eleicaoogcmi@prefeitura.sp.gov.br, com assunto: CANDIDATO, os seguintes documentos: Documento de identificação com foto e data de nascimento e comprovante de endereço.

Parágrafo Único: Para eventuais dúvidas, entrar em contato pelo e-mail: eleicaoogcmi@prefeitura.sp.gov.br

Art. 10º - Para se candidatar, as pessoas idosas deverão obedecer aos seguintes critérios e exigências:

? I - Ter 60 anos ou mais, completos até a data do encerramento do período de inscrições.

? II - Apresentar um documento oficial (carteira de identidade ou documento de valor legal equivalente – RNE, identidades funcionais de entidades de classe, certificado de reservista, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação e passaporte) com foto e que conste a data de nascimento;

? III - Residir no Município de São Paulo, comprovado através de documento (carnê de loja, IPTU, contas de luz, água, banco, carteira de posto de saúde, comprovante de pagamento de aluguel);

? IV - Concordar com o Termo de Compromisso em que atesta ter disponibilidade de tempo e disposição para a execução dos trabalhos afetos aos cargos de Conselheiro do Grande Conselho Municipal do Idoso, como presença efetiva nas reuniões ordinárias e as extraordinárias, participar das Comissões de Trabalho; e com disponibilidade de realizar fiscalizações em instituições, governamentais e não-governamentais; representar individual ou coletivamente o GCMI nos eventos de interesse do colegiado, atender as eventuais convocações da Secretaria Executiva, tais como representações na respectiva região, tendo vista que a atividade não é remunerada, conforme previsão legal em especial a Lei Municipal nº 11.242, que rege o Grande Conselho Municipal do Idoso;

? V - Participar, obrigatoriamente, de assembleias regionais, em data e horário a ser organizado e divulgado pela Comissão Eleitoral do Grande Conselho Municipal do Idoso.

Art. 11º - O número do candidato (a) nas eleições obedecerá a ordem de inscrição por macrorregião, precedido do número definido da macrorregião.

Art. 12 - Cada macrorregião de São Paulo será identificada pelos números a seguir:

? NÚMERO 01 – NORTE

? NÚMERO 02 – SUL

? NÚMERO 03 – LESTE

? NÚMERO 04 – OESTE

? NÚMERO 05 – CENTRO

Art. 13 - Não poderão se candidatar os atuais Conselheiros que estiverem exercendo o segundo mandato consecutivo.

Art. 14 - Será de responsabilidade dos Coordenadores nos locais de votação, bem como do mesário, a conferência da listagem nominal dos votos. Após o encerramento do período de votação, caberá ao Coordenador da mesa lacrar as urnas e encaminhá-las para o Polo Cultural da Terceira Idade, situado à Rua Teixeira Mendes, 262, Cambuci, as quais ficarão guardadas para abertura e confirmação geral dos votos no dia 30 de Novembro (segunda-feira) pela Comissão Eleitoral, a partir das 10 horas.

Art. 15 - Os 45 Conselheiros eleitos se reunirão em Assembleia de Representantes, no dia 11/12/2020 de modo virtual, para eleger os cargos da Secretaria Executiva do Grande Conselho Municipal do Idoso. Na apuração geral o 1º colocado será o Presidente, o 2º colocado será o Vice-Presidente, o 3º colocado será o Primeiro Secretário, o 4º colocado será o Segundo Secretário e o 5º colocado será o Vogal.

Art. 16 - Serão considerados nulos os votos rasurados, ilegíveis, votos em candidatos (as) de outras macrorregiões.

Art. 17 - Serão considerados votos brancos os que não tiverem nenhuma inscrição na cédula (frente e verso).

Parágrafo único: Os votos em branco não serão contabilizados, tendo efeito anulatório.

Art. 18 - As ocorrências que porventura acontecerem durante as eleições deverão ser notificadas pelo eleitor, por escrito, devidamente identificada, assinada e encaminhada à Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após realização das eleições.

Parágrafo Único: Na ocorrência dos fatos a Comissão Eleitoral deverá apresentar parecer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

Art. 19 - Em cada ponto de votação haverá um Coordenador, devidamente identificado, que será responsável por toda organização do processo eleitoral no local e responderá por todas as questões referentes às eleições.

Art. 20 - Para cada ponto de votação, além do Coordenador, haverá no mínimo 02 (dois) funcionários da rede pública municipal para apoio ao processo de votação.

Art. 21 - Os candidatos (as) ao Conselho de Representantes não poderão participar em nenhum momento da Comissão Eleitoral.

Art. 22 - Não é permitida a boca de urna, a partir da entrada de acesso ao local de votação, bem como no raio de 100 (cem) metros ao redor do referido local de acesso.

Parágrafo único: O candidato poderá eleger um único fiscal, que deverá preencher cadastro com seus dados e assinar lista de presença no local da votação.

Art. 23 - Em caso de empate será favorecido o candidato (a) de maior idade, persistindo o empate, a decisão será por sorteio.

Art. 24 - Em caso de desistência de candidato eleito a comissão eleitoral deverá adotar procedimentos da convocação imediata do primeiro suplente e assim sucessivamente.

Art. 25 - Conforme Regimento Interno do Grande Conselho Municipal do Idoso, será considerada a obrigatoriedade de 50% de candidatas do sexo feminino, observado a legislação Lei nº 15.946/13 regulamentada pelo decreto nº 56.021/15.

Art. 26 - A Comissão Eleitoral encerrará seus trabalhos com a leitura e envio do relatório final da eleição durante a cerimônia de posse, de forma virtual, a Nova Secretaria Executiva.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º - Este Regimento Interno regulamenta o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), órgão de natureza consultiva vinculado à Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, e está em consonância com o disposto na Lei Municipal nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, e com o Decreto Municipal nº 57.533, de 15 de Dezembro de 2016, que a regulamenta.

CAPÍTULO II

Dos Princípios

Art. 2º - Tendo em vista o estabelecido no artigo 2º da Lei Municipal nº 16.478 de 2016, consideram-se princípios do Conselho Municipal de Imigrantes:

I - igualdade de direitos e de oportunidades, observadas as necessidades específicas dos imigrantes;

II - promoção da regularização da situação da população imigrante;

III - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos dos imigrantes;

IV - combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação;

V - promoção de direitos sociais dos imigrantes, por meio do acesso universalizado aos serviços públicos, nos termos da legislação municipal;

VI - fomento à convivência familiar e comunitária.

CAPÍTULO III

Das Competências e Atribuições

Art. 3º O Conselho Municipal de Imigrantes tem as seguintes competências:

I - participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal para a População Imigrante de São Paulo, assim como das outras políticas desenvolvidas pelo poder público voltadas a esta população;

II - defender e promover os direitos das pessoas imigrantes, bem como sua inclusão social, cultural, política e econômica, por meio da articulação interinstitucional entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e organizações da sociedade civil compostas por ou de apoio a imigrantes;

III - trabalhar de forma articulada com os/as Conselheiros/as imigrantes eleitos/as para os Conselhos Municipais, em especial o Conselho Participativo Municipal, visando à descentralização das políticas públicas;

IV - pronunciar-se sobre matérias que lhes sejam submetidas pela Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente ou outros entes da Administração Pública;

V - fomentar e estimular o associativismo e a participação política das pessoas imigrantes nos organismos públicos e movimentos sociais;

VI - convocar e realizar, a cada 2 (dois) anos, as Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes e Audiências e Consultas Públicas que envolvam a população imigrante.

CAPÍTULO IV

Da Organização

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 4º O Conselho Municipal de Imigrantes terá composição paritária entre Poder Público e sociedade civil, na qual pelo menos 50% (cinquenta por cento) devem ser mulheres, conforme Lei nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, e contará com os seguintes titulares e respectivos/as suplentes:

I - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, que responderá pela Secretaria Executiva;

II - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal das Subprefeituras SMSUB;

III - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal de Cultura – SMC;

IV - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDJET

V - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS;

VI - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal de Educação – SME;

VII - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB;

VIII - 1 (um/a) representante da Secretaria Municipal da Saúde – SMS;

IX - 8 (oito) representantes da sociedade civil.

Parágrafo único: O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI/SP comporá o Conselho enquanto suplente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC.

Art. 5º Os/as representantes e suplentes do CMI designados pelo poder público serão indicados/as pelos/as titulares das respectivas pastas

Parágrafo único. Os/as representantes designados/as desempenharão suas funções no colegiado e acompanharão o mandato de dois anos sem prejuízo de suas atribuições regulares.

Art. 6º Os/as representantes da sociedade civil serão eleitos por voto direto e secreto entre membros de (i) coletivos, associações ou organizações compostas por imigrantes ou (ii) de apoio a imigrantes, juridicamente formalizados ou não, ou (iii) pessoas físicas imigrantes.

§ 1º A representatividade entre os três grupos enumerados acima deverá obedecer à seguinte proporção: 3 (três) representantes da categoria (i) coletivos, associações ou organizações compostas por imigrantes; 2 (dois) representantes da categoria (ii) coletivos, associações ou organizações de apoio a imigrantes; e 3 (três) representantes da categoria (iii) pessoas físicas imigrantes, totalizando as 8 (oito) vagas reservadas para representantes da sociedade civil;

Supressão de §

§ 2º Os/as Conselheiros/as da sociedade civil deverão ser, em sua maioria, imigrantes.

§ 3º Os/as Conselheiros/as terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição uma única vez.

§ 4º Os/as Conselheiros/as poderão fazer uso de um crachá de identificação, fornecido pela Secretaria Executiva.

Art. 7º O Conselho Municipal de Imigrantes será presidido por um/a de seus/as representantes, eleito/a pelo próprio colegiado, com presidência e vice-presidência rotativa entre sociedade civil e Poder Público e terão mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo único. A vice presidência deverá observar alternância entre poder público e sociedade civil levando em consideração o segmento (poder público ou sociedade civil) que se encontra no período da presidência.

Art. 8º A função de membro do Conselho não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço público.

Parágrafo único. Para fins de garantir participação, a SMDHC poderá cobrir as despesas decorrentes da utilização de transporte para o comparecimento às reuniões do Conselho para os/as representantes do segmento de pessoas físicas imigrantes que o requeriram.

SEÇÃO II

Dos Órgãos

Art. 9º - São Órgãos do CMI:

I. – Plenário

II. – Presidência

III. - Vice-presidência

IV. – Secretaria Executiva

V. – Grupos de Trabalho

§ 1º O Plenário, órgão máximo do CMI, é constituído pela totalidade de Conselheiros Titulares e Suplentes presentes, e será presidido pelo/a seu/sua Presidente.

§ 2º O/A Presidente é eleito/a, por meio de voto direto e aberto, pelos/as Conselheiros/as com direito a voto, podendo candidatar-se para a função apenas os/as Conselheiros/as Titulares. Terá mandato de 1 (um) ano, observado o disposto no art. 7º.

§ 3º O/A Vice-Presidente é eleito/a, por meio de voto direto e aberto, pelos/as Conselheiros/as com direito a voto, podendo candidatar-se para a função apenas os/as Conselheiros/as Titulares. Terá mandato de 1 (um) ano, observando alternância em relação à Presidência.

§ 4º A Secretaria Executiva é o órgão auxiliar ao Plenário, de incumbência da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§ 5º Os Grupos de Trabalho são órgãos auxiliares ao Plenário formados conforme a necessidade, sendo constituídos por, no mínimo, 3 (três) Conselheiros/as escolhidos/as pelo Plenário, por votação.

§ 6º A Secretaria executiva deverá informar com um mês de antecedência do final dos mandatos, a realização da eleição de Presidência e Vice-presidência.

CAPÍTULO V

Das Atribuições dos Órgãos

SEÇÃO I

Do Plenário

Art. 10 São atribuições do Plenário:

I – Cumprir e fazer cumprir este Regimento;

II – Atuar no sentido de concretizar ações descritas nas competências desse Conselho, em consonância com os princípios elencados;

III – Deliberar sobre a representação oficial do Conselho entre os membros titulares e suplentes;

IV – Propor, analisar, aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho e suas futuras modificações, mediante proposta devidamente justificada de no mínimo 1/3 (um terço) dos/as conselheiros/as, sendo necessário 2/3 (dois terços) dos/as conselheiros/as para aprovação em reunião convocada para este fim;

V – Propor e aprovar a pauta das reuniões por meio da maioria simples dos votos dos presentes;

VI – Analisar e aprovar as matérias em pauta, de acordo com as competências do CMI, na forma deste regimento e da lei;

VII – Constituir Grupos de Trabalho e designar, por maioria simples, os integrantes dos grupos, bem como decidir pela continuidade ou extinção dos mesmos;

SEÇÃO V
Dos Grupos de Trabalho
 Art. 16 São atribuições dos Grupos de Trabalho:
 I – Colaborar em estudos e na elaboração de propostas, pareceres e recomendações, bem como na realização de eventos e outras atividades que subsidiem a ação do Conselho;
 II – Apresentar os resultados e encaminhamentos obtidos pelo Grupo de Trabalho ao Plenário na reunião subsequente;
 § 1º É facultada a participação de outros/as representantes, mediante convite.
 § 2º As reuniões dos Grupos de Trabalho ocorrerão segundo suas demandas.

SEÇÃO VI
Dos/as Conselheiros/as Titulares
 Art. 17 São atribuições dos/as Conselheiros/as Titulares:
 I – Participar das Reuniões do Plenário, com direito a voz e voto, sendo o voto aberto, pessoal e intransferível;
 II – Participar dos Grupos de Trabalho para os quais forem designados;
 III – Executar as tarefas que lhes forem atribuídas nos Grupos de Trabalhos, ou as que lhe forem individualmente solicitadas;
 IV – Manter o setor que representa regularmente informado sobre as atividades e deliberações do Conselho;
 V – Manter sigilo dos assuntos veiculados no Conselho, sempre que determinado pelo Plenário;
 VI – Convocar reuniões mediante subscrição de um terço dos/as conselheiros/as;
 VII – Representar oficialmente o Conselho quando aprovado por maioria simples no Plenário.
 VIII – Votar e ser votado para Presidente e Vice-presidente

SEÇÃO VII
Dos/as Conselheiros/as Suplentes
 Art. 18 São atribuições dos/as Conselheiros Suplentes:
 I – Participar de todas as reuniões plenárias, com direito a voz;
 II – Ser designado/a para Grupos de Trabalho e Comissões.
 III – Na ausência dos/as conselheiros/as titulares da Administração Pública Municipal, o/a Suplente da mesma pasta, também designado/a pelo/a titular desta, terá direito a voto;
 IV – Representar oficialmente o Conselho quando aprovado por maioria simples no Plenário.

Parágrafo único: Na ausência de um/a Conselheiro/a Titular eleito/a representante da sociedade civil será concedido o direito ao voto Conselheiro/a Suplente do mesmo segmento.

SEÇÃO VIII
Dos Demais Participantes
 Art. 19 O Conselho poderá convidar às reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades públicos e privados, movimentos sociais ou organismos internacionais, além de especialistas, acadêmicos/as ou personalidades com destacada atuação na área de direitos da população migrante, sempre que entender necessário para o cumprimento de suas finalidades institucionais.

Art. 20 O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, a Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Organização Internacional para Migrações – OIM, a Defensoria Pública da União – DPU, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo – DPE e o Ministério Público do Trabalho – MPT terão assento reservado no Conselho para, querendo, atuarem como membros observadores, sem direito a voto.

Parágrafo único. A representação governamental de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo participará como membro observador, sem direito a voto, em caráter permanente, permitindo que efetive ações dentro das diretrizes da Política Municipal para a População Migrante.

CAPÍTULO VI
Do Funcionamento
 Art. 21 O Conselho Municipal de Imigrantes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês, por convocação da Presidência, com indicação de data, horário, local e pauta das reuniões.

Art. 22 O Conselho Municipal de Imigrantes reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do/a presidente ou de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos/as Conselheiros/as com direito a voto e com antecedência mínima de 48 horas.

Parágrafo único: Nas reuniões extraordinárias, caberá de liberar tão somente sobre os assuntos que motivaram sua convocação.

Art. 23 O quórum exigido para a realização de reunião do Conselho Municipal de Imigrantes é de:

I - Primeira chamada: metade dos Conselheiros/as que compõem o Plenário, 8 (oito) Conselheiros/as;

II - Segunda chamada (30 minutos após): um quarto dos Conselheiros/as que compõem o Plenário, ou seja 4 (quatro) Conselheiros/as, desde que haja a presença de pelo menos 01 (um) representante do governo e 01 (um) da sociedade civil.

Art. 24 Os trabalhos das sessões plenárias terão a seguinte sequência:

I – Verificação da presença e da existência de quorum para instalação da reunião;

II – Leitura e aprovação da pauta;

III – Apresentação, discussão e deliberação das matérias agendadas;

IV – Informes;

V – Aprovação da ata da sessão anterior;

VI – Encerramento.

Parágrafo único: A ata da sessão anterior do Plenário, deverá contar com registro de presença e assinatura e após sua aprovação, deverá ser disponibilizada no site da SMDHC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Supressão de dois artigos

CAPÍTULO VII
Da Aprovação e Reforma do Regimento Interno

Art. 25 A aprovação do presente Regimento Interno, bem como a proposta de sua alteração, será objeto de sessão convocada especificamente para este fim.

Art. 26 Este Regimento Interno poderá ser reformado total ou parcialmente, por iniciativa de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos/as Conselheiros/as com direito a voto, sendo necessária a adesão de 2/3 (dois terços) dos/as Conselheiros/as com direito a voto para aprovação.

Art. 27 A sessão para aprovação ou alteração do Regimento Interno deverá ser convocada com antecedência mínima de 7(sete) dias.

CAPÍTULO VIII
Da Eleição dos Representantes da Sociedade Civil

Art. 28 Para a realização das eleições dos/as Conselheiros/as da sociedade civil no Conselho Municipal de Imigrantes será constituída Comissão Eleitoral, composta por 5 (cinco) participantes do Conselho, por meio de Indicação, garantida a representação do poder público e da sociedade civil.

§ 1º Fica vedada a participação, na Comissão Eleitoral, de candidatos/as ao pleito.

§ 2º Fica vedada a indicação de mais de um/a candidato/a da mesma entidade às categorias (i) coletivos, associações ou organizações compostas por imigrantes e, (ii) coletivos, associações ou organizações de apoio a imigrantes.

§ 3º Os participantes do Conselho previstos no art. 20 do Regimento também poderão compor a Comissão Eleitoral.

Art. 29 O regulamento do processo seletivo público dos/as representantes da sociedade civil será elaborado pela Comissão Eleitoral e submetido ao Conselho Municipal de Imigrantes, divulgado por meio de edital e publicado no prazo de até 120 (cento e vinte) dias antes do término dos mandatos à época vigentes, observadas as disposições do Regimento Interno.

Art. 30 A Comissão Eleitoral terá como função:

I – Coordenar o processo eleitoral;

II – Elaborar regras para eleição, respeitadas as determinações do Regimento Interno;

III – Estabelecer o calendário das eleições;

IV – Estabelecer as medidas necessárias e supervisionar a instalação do novo mandato do Conselho.

Art. 31 Qualquer alteração na composição dos membros do Conselho Municipal de Imigrantes deverá ser comunicada por meio de ofício endereçado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, até 05 (cinco) dias úteis antes da ocorrência de sessão ordinária ou extraordinária, contendo nome completo, telefone, e-mail, Registro Funcional (quando houver) e a vaga que deverá ocupar (titular ou suplente).

CAPÍTULO IX
Da Substituição dos Membros do Conselho

Art. 32 Será excluído do quadro de membros do Conselho Municipal de Imigrantes o/a representante que:

I – Deixar de comparecer a três reuniões consecutivas sem justificativa, ordinárias e/ou extraordinárias, ou a cinco reuniões intercaladas, sem justificativa;

II – Praticar atos incompatíveis com a função de Conselheiro/a;

III – For candidato/a às eleições para o Poder Executivo ou Legislativo;

IV – Descumprir o Regimento Interno;

V – For designado para exercício de atribuições incompatíveis com as do Conselho;

VI – Requerer seu afastamento e obter aprovação do Plenário para tanto.

§1º Entende-se por ausência justificada aquela comunicada, por escrito, à Presidência, pelo/a Titular ou Suplente, até o início da reunião, ressalvados os casos urgentes e excepcionais que serão decididos pelo Plenário.

§ 2º A exclusão de representantes do Conselho somente ocorrerá mediante voto de 2/3 (dois terços) dos/as seus/suas Conselheiros/as com direito a voto.

§3º Para representantes da sociedade civil, a presença de Suplente nas reuniões não supre as ausências referidas no inciso I deste artigo.

§4º Não se aplica ao/a Conselheiro/a Suplente o dispositivo contido no inciso I deste artigo, exceto se elevado formalmente à condição de Conselheiro/a Titular.

§5º A Secretaria Executiva deve comunicar, por escrito, ao/a Conselheiro/a Titular quando ele/a estiver a 1 (uma) falta para ser excluído/a.

CAPÍTULO X
Das Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes

Art. 33 Os membros do Conselho Municipal de Imigrantes deverão convocar e organizar bianualmente as Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes, a serem realizadas no âmbito do Município de São Paulo, de caráter público, com o objetivo de:

I. – Discutir problemas vivenciados pela população imigrante no Município;

II. – Levantar propostas de solução para esses problemas;

III. – Discutir e propiciar formas de articulação com os demais conselhos temáticos permanentes da cidade;

IV. – Apresentar sugestões de políticas públicas, reivindicações e denúncias referente a temática migratória no Município de São Paulo.

CAPÍTULO XI
Das Disposições Gerais

Art. 34 Os casos omissos ou duvidosos na interpretação deste Regimento Interno serão dirimidos por deliberação de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros/as com direito a voto.

Art. 35 Será garantida a veiculação em idiomas do contido neste Regimento Interno, em até 45 dias após sua publicação.

CAPÍTULO XII
Da vigência do Regimento Interno

Art. 36 O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE (2020/196)

A VISTA DAS INFORMACOES, MANTENHA-SE O PRESENTE AUTO DE MULTA. RECORRA O AUTUADO, QUERENDO, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A CONTAR DESTA PUBLICACAO, AO CHEFE DE GABINETE.

MULTA	NR	SEQ	PROCESSO	NOME
	PREFEITURA REGIONAL = 04 SAO MIGUEL			
	R. D. ANA FLORA PINHEIRO DE SOUZA 76			
	00.300.256.1	02	01	6040202000011766 KELLY DE PAULA
	PREFEITURA REGIONAL = 06 VILA PRUDENTE			
	AVENIDA DO ORATORIO 172			
	00.235.558.9	02	01	606020200001824 OI MOVEL SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
	00.235.768.9	02	01	6056202000035824 QMC TELECOM DO BRASIL CESSAO DE INFRAESTRUTURA
	00.236.029.9	02	01	6060202000010700 J. LUIZ DA SILVA BAR E LANCHES - ME
	00.236.109.1	02	01	6056202000017338 NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA
	PREFEITURA REGIONAL = 08 MOOCA			
	RUA TAQUARI 549			
	00.275.784.4	02	01	6033202000000324 CLARO SA
	PREFEITURA REGIONAL = 09 IPIRANGA			
	RUA LINO COUTINHO 444			
	00.179.701.2	02	01	6060202000020225 REGINALDO DE C. MAROPO
	00.179.805.1	02	01	6039202000025842 EMPORIO COLINA EIRELI
	PREFEITURA REGIONAL = 11 SE			
	R ALVARES PENTEADO 49			
	00.354.916.4	02	01	201701087070 SAO PEDRO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
	00.354.917.2	02	01	201701087070 SAO PEDRO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
	00.354.999.7	02	01	201701621475 OFFICE DAY PIZZARIA LTDA ME
	00.355.809.1	02	01	201701495020 JORGE PARK ESTACIONAMENTO LTDA ME
	00.355.988.7	01	01	201701874705 WARNER BROS SOUTH INC
	00.355.997.6	02	01	201800010024 MARCIO HIROSHI BABA
	00.357.866.1	02	01	201800012469 COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS
	00.357.880.6	02	01	201800292330 OLIFREITAS COM. DE ALIMENTOS LTDA
	00.357.892.0	02	01	201800469680 CAMAF COMERCIO DE JOIAS LTDA
	00.357.894.6	02	01	201800450504 CONSTRUIR ENGENHARIA LTDA
	00.357.895.4	02	01	201800463185 PLATAFORMA DE VENDAS
	00.357.896.2	02	01	201800466702 TPA BANDEIRA PAULICIA EMPREENDIMENTO IMOBILIA
	00.357.904.7	02	01	201800448950 OFFICE DAY PIZZARIA LTDA ME

00.357.905.5

02 01 201800448992 ESPETINHO, CERVEJA & CAFE LTDA ME

00.357.912.8

01 01 201800414737 DOCERIA RIO BRANCO LTDA ME

00.357.923.3

02 01 201800515126 SABAH COZINHA ARABE

00.357.926.8

01 01 201800571557 ASA MIDIA E COMUNICACOES LTDA

00.357.935.7

02 01 201800662501 UNIVERSIDADE BRASIL

00.357.938.1

02 01 201800777538 WG ESTACIONAMENTO III

00.358.505.5

02 01 6056201900164754 GA BR LOCACAO DE ESPACO LTDA

00.359.612.0

02 01 201800545823 MIRANY FAVERO BERNABA JORGE

00.361.351.2

02 01 201800946763 SANTIL ELETRO SANTA IFIGENIA LTDA

00.361.357.1

02 01 201800913091 OFFICE DAY PIZZARIA LTDA ME

00.361.499.3

02 01 201801069510 CRM COMERCIO VAREJISTA DE DOCES LTDA

00.361.500.1

02 01 201801117990 OPTICA 2 LTDA ME

00.361.508.6

02 01 201801212704 LANCHONETE E RESTAURANTE BOULEVARD DA BARAO LT

00.363.413.7

02 01 6056201900133190 CLECIO SOARES DASILVA

00.363.421.8

02 01 6056201900148325 JOSE HERMES MENDES SULINO

00.363.422.6

02 01 6056201900124035 JOSE MARIA PEREIRA

00.363.426.9

02 01 6056201900124248 MARIA DA SOLEDADE RODRIGUES SANTOS

00.363.433.1

02 01 6056201900142033 SEBASTIAO BERRERA DA SILVA

00.367.428.7

02 01 6056202000077918 CAUE ALVES DOS SANTOS

00.368.916.1

02 01 6056202000061477 ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO

00.368.942.0

02 01 6060202000013032 FLABEROY LANCHONETE LTDA-ME

00.370.796.7

02 01 6046202000040785 ANGELO SERRANO

00.372.801.8

02 01 6054202000014974 PIZZARIA E RESTAURANTE ESTACAO 9 LTDA ME

PREFEITURA REGIONAL = 12 LAPA

RUA GUAICURUS 1000

00.138.696.1

02 01 6044201900058215 CIA DE SAN. BAS. DO ESTADO DE SAO PAULO - SABE

PREFEITURA REGIONAL = 27 VALE ARICANDUVA/VILA FORMOSA

RUA ATUCURI,699

00.042.100.9

02 01 6030202000021554 GREICY KELLY BENEDITO DE ARAUJO

PREFEITURA REGIONAL = 36 SAPOPEMBA

AVENIDA SAPOPEMBA, 9064

00.000.799.6

02 01 201800092799 JOSE CARLOS ANNES

00.001.080.6

02 01 201800567207 JACILDO JOAQUIM DE LIMA

PREFEITURA REGIONAL = 77 LIMPURB

R. AZURITA,100 - CANINDE

00.131.807.3

01 01 8310202000018097 REVITA ENGENHARIA SA

00.132.314.0

02 01 8310202000010126 MAX COLETA DE ENTULHOS LTDA

00.135.071.6

02 01 8310202000021799 JOANITA GRAZIELLA VECCHIA

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE (2020/196)

A VISTA DAS INFORMACOES, CANCELEM-SE OS AUTOS DE MULTA, ABAIXO RELACIONADOS.

MULTA	NR	SEQ	PROCESSO	TIPO	NOME
	PREFEITURA REGIONAL = 03 SANTANA				
	AV. TUCURUVI 808				
	00.235.368.5	01	01	6052202000028109 DEFESA ZACARIAS VIEIRA PEIXOTO	
	PREFEITURA REGIONAL = 09 IPIRANGA				
	RUA LINO COUTINHO 444				
	00.179.807.8	01	01	6060202000020233 DEFESA REGINALDO DE CASTRO MAROPO	
	00.179.857.4	01	01	6039202000020719 DEFESA FERNANDO JOSE RODRIGUES NUNES	
	PREFEITURA REGIONAL = 11 SE				
	R ALVARES PENTEADO 49				
	00.366.492.3	01	01	6056201900159319 DEFESA MARIA INES DOS SANTOS	
	00.368.390.1	01	01	6056202000035921 DEFESA G-LAB TELECOM INFORMATICA LTDA	
	PREFEITURA REGIONAL = 12 LAPA				
	RUA GUAICURUS 1000				
	00.135.219.6	0			